

PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO ANGOLANO NO CONTEXTO NACIONAL E MUNDIAL: CASO DO SÍTIO DE MBANZA KONGO

(Candidato a Património da Humanidade)

Ziva Domingos¹

Resumo

A Política Cultural de Angola aprovada em Janeiro de 2011 pelo Executivo reconhece que o património cultural e natural (incluindo o património arqueológico) representam um dos pilares do desenvolvimento socio-cultural e económico de Angola. Por conseguinte, este património merece ser preservado e valorizado a todo custo.

Uma das melhores formas de preservar e valorizar este rico património é classicá-lo, não somente como património cultural e natural nacional, mas também como património da Humanidade de acordo com o seu *Valor Universal Excepcional* a fim de ser partilhado pelos povos do mundo inteiro.

É nesta perspectiva que, desde 2007, o Ministério da Cultura através do Instituto Nacional do Património Cultural se lançou como desafio a inscrição do sítio histórico e arqueológico de Mbanza Kongo na Lista do Património Mundial da UNESCO. Várias acções estão a ser desenvolvidas em parceria com o Centro do Património Mundial, o Fundo para o Património Mundial Africano e as Universidades Angolanas, Africanas e Europeias.

Palavras-chave: Património cultural e natural, preservação, valorização, sítio arqueológico e histórico de Mbanza Kongo, património mundial.

Abstract

The Angolan Cultural Policy approved in January 2011 by the Government recognizes that the cultural and natural heritage (including archaeological heritage) represent one of the pillars of the socio-cultural and economic development of Angola. Therefore, this heritage deserves to be preserved and cherished at all costs.

One of the best ways to preserve and enhance this rich heritage is classify it, not only as a national cultural and natural heritage, but also as a world heritage site in accordance with its Outstanding Universal Value to be shared by all people over the world.

It is in this perspective that, since 2007, the Ministry of Culture through the National Institute of Cultural Heritage was launched as challenge the nomination of the historical and archaeological site of Mbanza Kongo on the World Heritage List of UNESCO. Several actions are being developed in partnership with the World Heritage Centre, the African World Heritage Fund and Angolan, African and European Universities.

Keywords: cultural and natural heritage, preservation, promotion, archaeological and historical site of Mbanza Kongo, world heritage.

¹ Director Geral do Instituto Nacional do Património Cultural de Angola. Mestre em Conservação Preventiva do Património Cultural pela Universidade de Paris I – Panthéon-Sorbonne. Doutorando em Antropologia, Etnologia e Pré-História na Universidade de Paris I – Panthéon-Sorbonne. E-mail: zivado@hotmail.com; d.ziva@epa-prema.net.

INTRODUÇÃO

O património arqueológico é um dos traços simbólicos que ilustra a história universal e o lugar do homem sobre o planeta Terra, a sua capacidade criadora e a sua interação com natureza. Sendo um bem frágil e não renovável, o património arqueológico merece ser preservado e valorizado pelos poderes políticos públicos, pelas organizações da sociedade civil e pelas comunidades locais e populações, em geral.

A Lei do Património Cultural de Angola reconhece este princípio no seu artigo 4º:

O levantamento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural incumbem especialmente ao Estado, aos Governos Provinciais, às administrações locais, às autarquias locais, aos proprietários possuidores ou detentores de quaisquer suas parcelas e, em geral às instituições culturais, religiosas, militares ou de outro tipo, às associações para o efeito constituídas e ainda aos cidadãos.

Cientes deste desafio quasi universal, as autoridades e profissionais de Património Angolano têm desdobrado maiores esforços para preservar e valorizar o património cultural no contexto nacional e internacional. Para estas IX Jornadas de Arqueologia Ibero-americanas, penso apresentar alguns resultados do investimento que está a se fazer no sítio de Mbanza Kongo (Província do Zaíre) classificado como património nacional e em via de classificação como património Mundial da UNESCO.

Este artigo apresenta, na sua primeira parte, as principais linhas de força da política cultural Angolana que conferem uma importância capital sobre a gestão, preservação e valorização do património cultural e natural (incluindo o património arqueológico) como factor de desenvolvimento socio-económico e cultural sustentável de Angola. Apresenta, em seguida, além da descrição dos sítios e sua dimensão histórica, os resultados das principais actividades desenvolvidas no quadro de inscrição destes sítios na Lista do Património Mundial da UNESCO.

POLÍTICA CULTURAL ANGOLANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Após a proclamação da Independência Nacional, desde o então Conselho Nacional da Cultura, passando pela então Secretaria do Estado da Cultura até ao

Ministério da Cultura que através do Instituto Nacional do Património Cultural se foram desenvolvendo programas para a gestão, preservação e promoção do rico e variado Património Cultural e Natural Angolano, como as edificações, sítios e zonas históricos, assim como as paisagens culturais e naturais e o Património Imaterial (INPC, 2005)

Estas acções vêm sendo consolidadas e a sua implementação decorre já da Política Cultural de Angola aprovada em Janeiro de 2011 pelo Executivo Angolano através do Decreto Presidencial nº15/11. Neste diploma reconhece-se que o património cultural e natural representam um dos pilares do desenvolvimento socio-cultural e económico de Angola. Por conseguinte, este património merece ser preservado e valorizado a todo custo.

Uma das melhores formas de preservar e valorizar este rico património é de classicá-lo, não somente como património cultural e natural nacional, mas também como património da Humanidade de acordo com o seu *Valor Universal Excepcional* a fim de ser partilhado pelos povos do mundo inteiro.

Conquistada a paz pelo Povo Angola a mais de uma década, é chegado o momento hoje de se pensar não somente no relançamento económico do País mas na sua reconstrução integral incluindo a preservação, valorização e difusão do seu rico património cultural e natural. É nesta perspectiva que desde 2006, o Ministério da Cultura através do Instituto Nacional do Património Cultural se lançou o desafio de inscrever três sítios na Lista do Património Mundial da UNESCO, nomeadamente a Cidade Histórico-Arquelógica de Mbanza Kongo, o Sítio Arqueológico de Tchitundu-Hulu e o Corredor do Kwanza (resultantes do desafio lançado, em 2007, pelo Ministério da Cultura a todos Governos Provinciais de elaborar uma lista indicativa de bens passíveis de serem inscritos na Lista do Património Mundial).

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A história de Mbanza Kongo, a actual capital da província do Zaire situada ao Norte de Angola, remete-nos, segundo *a História do Reino do Congo* traduzida pelo François Bontinck (1972), para períodos bastantes longíquos a historiografia oficial angolana e sobretudo para os séculos XIII e XIV (para não falarmos de períodos mais recuados), quando a cidade, enquanto capital do Reino do Kongo atingiu o seu apogeu.

Trata-se de uma das primeiras cidades criadas pela população africana, nesta região do continente africano e cujos testemunhos podem ser, efectivamente, revelados pela arqueologia. A sua localização no topo de uma colina, corresponderá, possivelmente, ao aproveitamento das condições físicas do local propícias à defesa estratégica essenciais para garantir a segurança do território e da sua população.

Digamos que a sua localização, por si só, já revela a importância estratégica que Mbanza Kongo desempenhou como sede do reino e a celebre gravura de Dapper (1668) retrata a posição estratégica na parte elevada sobre a curva do rio Lweji, coincidindo com a preferência histórica dos colonos portugueses por edificar cidades em acrópole.

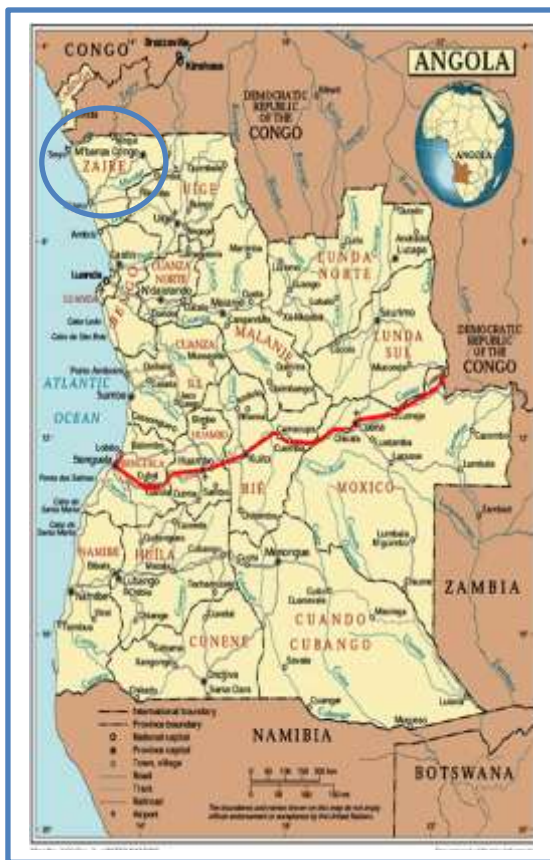


Figura 1. Localização geográfica de Mbanza kongo.

A introdução do colonialismo a partir do século XV acabou por absorver e desorganizar, senão mesmo fazer desaparecer, as formas tradicionais de existir e de fazer. A malha quinhentista e setecentista, eventualmente, não terá a mesma configuração que a então capital do Reino do Kongo tinha na época.

Em virtude do aumento da procura de escravos entre os séculos XVI e XVII, ocorre uma extensão do tráfico para outros pontos do actual território angolano. A fundação de Luanda (1575) e o descobrimento da via de comunicação fluvial para as terras do Ndongo, a morte de D.Afonso I na famosa batalha de Ambuila (1665) bem como as disputas de sucessão ao trono que ditaram o fim da hegemonia territorial dos Reis do Kongo, geraram, literalmente, o abandono da “*Cidade de São Salvador do*

Kongo”. Até mesmo as construções da época da ocupação da capital do reino do Kongo pelos portugueses, acabaram por desaparecer. Perderam-se, com efeito, significantes exemplares da arquitectura religiosa quinhentista e seiscentista e a cidade transformar-se-ia num fantasma.

Em 1957, intentara-se a protecção dos restos dessas construções, tendo sido prevista a criação de uma Zona Histórica no contexto do Plano de Urbanização da Cidade mas, que nunca chegou a ser classificada como tal. Em 1963, a Comissão dos Monumentos Nacionais preparou um projecto de protecção de uma “*zona histórico-arqueologica*”. O Arquitecto Fernando Batalha torna-se no responsável pelas intervenções técnicas e arqueológicas realizadas nos vários pontos da cidade e que revelou a existência de importantes evidências.

Ultrapassado o período colonial, a Secretaria do Estado da Cultura realizou de 19 a 25 de Novembro de 1988, uma Mesa-redonda Internacional, sobre a área cultural Kongo/Teke, convidando a comunidade científica nacional e internacional para um ambicioso projecto que seria a candidatura de Mbanza Kongo como Património da Humanidade em virtude da sua importância no contexto de toda a população do espaço cultural Kongo, e, que ultrapassa os limites geográficos da actual República de Angola.

Outras manifestações quanto à importância histórica de Mbanza Kongo, foram proporcionadas ao longo dos últimos anos dos quais cabe ressaltar o Colóquio Internacional sobre a Salvaguarda do Património Histórico-Cultural Angolano após a Guerra que teve lugar em Paris, em Novembro de 2004 sob os auspícios da UNESCO e mais recentemente, de 19 a 21 de Setembro de 2007 a realização da II Mesa-Redonda Internacional: “Mbanza Kongo-Cidade a desenterrar para preservar”, promovida pelo Ministério da Cultura e que permitiu lançar as bases da implementação do projecto de inscrição do sítio na Lista do Património Mundial.

Cabe ainda destacar as várias missões de acompanhamento e de avaliação por peritos da UNESCO e dos seus órgãos consultivos e que com a equipa angolana vêm trabalhando na Elaboração do Plano de Gestão e da avaliação do Valor Universal Excepcional da Cidade enquanto bem patrimonial, assente nos seus valores de autenticidade, unicidade e de integridade.

OBJECTIVOS DO PROJECTO

Destacamos, dentre outros objectivos do projecto, os seguintes:

- Realçar o reconhecimento Nacional e Internacional do valor histórico-cultural de Mbanza Kongo, antiga capital do Reino do Kongo;
- Tornar a cidade num pólo turístico;
- Valorizar a área cultural Kongo;
- Tornar Mbanza Kongo como uma sede espiritual do Cristianismo enquanto realidade da matriz e identidade cultural do Povo Angolano em geral e da população Kongo em particular.

POTENCIAL PATRIMONIAL DO SÍTIO

Apesar da sua imagem estrutural dominante, não estabelecer nenhuma relação interpretativa inerente à idade e identidade de uma urbanização com mais de cinco séculos de existência, porém, ainda subsistem no solo e subsolo vestígios de antigas construções que são importantes para o estudo da configuração do espaço urbanizado da antiga capital do antigo Reino do Kongo.

Em vários pontos assinalados vêm sendo descobertos restos de antigas construções que permitem assinalar que Mbanza Kongo, é efectivamente, uma das mais antiga urbanizações vivas na África Subsariana abaixo do equador. Além desses vestígios que se encontram soterrados e implantados pela cidade, podemos encontrar outros elementos simbólicos, tais como o Kulumbimbi (1548), as sepulturas reais (1830-1848), o Palácio Real (1901), a Sé Catedral (1901), a Igreja da Missão Baptista (1878), a secular árvore sagrada Yala Nkuwu, Sunguila, etc, que importa preservar para as próximas gerações, justamente por constituir um inegável património multifacetado.

Figura 2. Ruínas da Antiga Sé (Nkulumbimbi – 1548).



Além dos elementos materiais de valor histórico, etnográfico, e arqueológico destacamos as manifestações resultantes dos valores espirituais ligadas à sua população; muitas das manifestações da antiga população são ainda praticadas pelos seus actuais habitantes, nomeadamente as cerimónias emblemáticas das tradições locais, que reflectem a sua vivência secular que constitui a representação máxima dos elementos íntimos da sua cultura material e imaterial.

Hoje, por exemplo, no local do Yala Nkuwu « *Árvore da Força* » se realizam uma das mais relevantes, antigas e solenes cerimónias da tradição popular, o julgamento pelas autoridades tradicionais « Lumbu », ou seja a corte (Mbanda-Mbanda) na busca de soluções para os conflitos domésticos nas comunidades; e no mesmo sítio de antes, para não falarmos de outras.

Se por um lado a dispersão geográfica dos bens e dos testemunhos envolvidos, na área a classificar, nomeadamente os seus monumentos, a paisagem cultural e natural e potenciais sítios de interesse arqueológico que o integram tornam difícil a sua delimitação, por outro lado ela comprova de forma manifesta o acerto do critério e origem ou motivo da sua criação e classificação. Há por toda cidade uma riqueza arquitectónica, arqueológica, natural, cultural e imaterial de alto valor simbólico que devemos preservar. Daí a necessidade e conveniência de torná-la numa “Cidade Histórica” com objectivos apropriados à fruição turística.

CRITÉRIOS DE INSCRIÇÃO

Para que um bem patrimonial seja inscrito na Lista do património Mundial, o mesmo deve responder pelo menos a um dos dez critérios (seis critérios culturais e 4 critérios naturais) que justifica o seu Valor Universal Excepcional². O potencial histórico e patrimonial de Mbanza Kongo permite que o sítio seja classificado sob qualquer um dos seis critérios culturais mas os pontos fortes do sítio assentam principalmente sobre os critérios ii, iv e vi :

(ii): ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitectura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planeamento urbano ou a criação de paisagens.

(iv): representar um exemplo eminente de um tipo de construção ou de conjunto arquitectónico ou tecnológico ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana.

(vi): Ser directamente ou materialmente associado aos eventos ou às tradições vivas, das ideias, das crenças, ou obras artísticas e literárias tendo um significado unviversal excepcional.

O peso histórico do Antigo Reino do Kongo ilustrado pela sua organização social, cultural e económica e sua influência na estruturação de várias sociedades a nível de África e do mundo, o seu rico e diversificado património cultural incluindo sobretudo os vestígios arqueológicos e a dimensão ainda viva e dinâmica das tradições e práticas culturais e espirituais das suas comunidades constituem os pontos fortes que justificariam o seu Valor Universal Excepcional, de acordo com os critérios acima referenciados.

² Os referidos critérios estão disponíveis nas Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial da UNESCO.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO DE CANDIDATURA

Para que sejam atingidos os objectivos definidos, foram efectuadas, ao longo do processo, várias missões por especialistas da UNESCO sobre a avaliação do valor Universal Excepcional, a sensibilização para a ratificação das convenções, a preparação do Plano de Gestão e a preparação das escavações arqueológicas.

Foram ratificadas no domínio da Cultura e do Património Cultural 4 convenções, nomeadamente:

- Convenção para Protecção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado (1954) e os seus dois protocolos;
- Convenção sobre medidas a serem tomadas para interdição de importação, exportação ilícita e transferência de propriedade de bens culturais (1970);
- Convenção da Unidroit, a Convenção sobre o Património Imaterial (2003);
- Convenção sobre a Diversidade Cultural (2005).

Isto coloca Angola em melhores condições para submeter candidaturas de qualquer tipo de bens patrimoniais e recorrer à assistência internacional da UNESCO:

Foi reabilitado e renovada a Exposição Permanente do Museu Biográfico dos Reis do Kongo através do patrocínio do Governo da Província e da CHEVRON.

Em Junho de 2013, a Cidade Histórica de Mbanza kongo foi classificação no âmbito Nacional de acordo com o Decreto Executivo n° 21/13 de 10 de Junho.

Foram realizados trabalhos de prospecção geofísica em sete (7) subareas para revelar as estruturas que subsistem no subsolo. Como resultados, foram identificados vários alinhamentos, estruturas, túmulos (?), fundações, muros, zonas de aterro ou de derrube e eventos especiais (material arqueológico) (GEOSURVEYS, 2012). Este trabalho serve de guia para identificar as antigas estruturas e trazer à luz, através das escavações arqueológicas, importantes vestígios deixados pela antiga população e o traçado urbano da antiga cidade, enquanto capital do antigo Reino do Kongo. Esta prospecção facilitará de algum modo a continuação dos trabalhos arqueológicos já engajados no sítio usando novos métodos científicos das escavações para o aprofundamento da justificação do Valor Universal Excepcional da Cidade (ASSOMBANG et al., 2011).

O trabalho de cartografia recentemente realizado no sítio indica que os limites a serem considerados para a classificação nacional e internacional da Cidade é toda colina onde está situada a actual cidade porque Mbanza Kongo foi a residência e a Capital do Reino que cobria uma vasta região (Angola, Congo Democrático, República do Congo e Gabão) desde o Século VII e que tinha uma organização sóciopolítica e económica particular. Esta estrutura deixou, sem dúvidas, traços e marcas no sítio que a arqueologia revelará. A zona tampão tem limites ainda mais alargados para facilitar a extensão das escavações arqueológicas.



Cerâmica arqueológica encontrada no Bairro Mandungu

Perspectivas

Plano de Gestão e Implicação das Comunidades

Cientes que a inscrição de Mbanza Kongo na Lista do Património Mundial da UNESCO não é um fim em si, as autoridades Angolanas trabalham arduamente para garantir uma gestão eficaz e eficiente do sítio antes e depois da sua inscrição com a finalidade de melhor conservá-lo a fim de manter o seu Valor Universal Excepcional perspectivando o desenvolvimento sustentável do sítio através do turismo cultural. Assim sendo, trabalham na elaboração do plano de gestão da Cidade com o concurso da UNESCO optando por uma abordagem participativa implicando amplamente as comunidades locais no processo. Os encontros de sensibilização com todas as partes interessadas são cada vez mais organizados. Participam destes encontros, as autoridades locais, autoridades religiosas e tradicionais, os profissionais da Cultura, docentes, estudantes, líderes de opiniões, etc. (AKIBODE, 2011).

As populações locais se sentem valorizadas por fazer parte integrante do processo. Jogam um papel preponderante de parceiros activos do projecto desde o seu lançamento. Todos trazem o seu suporte de uma maneira ou de outra. Em guisa de exemplos, as autoridades administrativas locais, além do apoio logístico, adoptaram o projecto procurando a que a Lei do Património e as orientações da Convenção do Património Mundial sejam escrupulosamente aplicadas. O Governo Provincial assinou para o efeito um memorando de entendimento com o Ministério da Cultura. Aceitaram os desafios de conciliar os objectivos do projecto de inscrição do sítio aos objectivos da requalificação da Cidade. As autoridades tradicionais e religiosas, os profissionais e os intelectuais jogam um papel de biblioteca viva. Trazem os seus conhecimentos adicionais sobre a história do reino e sobre os bens patrimoniais existentes e na manutenção dos mesmos. Servem de guias para os peritos fazendo visitar-lhes a Cidade e dando pistas para lugares com o potencial arqueológico. Ainda, animam o sítio organizando cerimónias tradicionais : o tribunal tradicional e os rituais a volta da árvore sagrada. A brigada de jovens estudantes formadas sobre as noções básicas de arqueologia estão prontas para participar nas próximas campanhas de escavações arqueológicas. Os profissionais da comunicação social contribuem na divulgação do projecto, em particular dos resultados produzidos pelas missões dos peritos e na

projecção da imagem da Cidade sendo um lugar de memória que está na base da história de Angola.

Ainda em perspectiva, está em preparação os levantamentos urbanísticos e arquitectónicos da cidade.

Perspectivamos também a reconstituição histórica através do estudo antropológico dos aspectos intangíveis, ou seja a cultura ou o património imaterial ligado à vida da população da região cultural Kongo.

Reputamos de grande importância a realização da III Mesa-Redonda sobre Mbanza Kongo e a construção de um Centro Cultural dedicado às temáticas relativas ao Reino e as populações da região;

Este conjunto de acções constituem, efectivamente, os alicerces de respaldo para o reconhecimento internacional que almejamos para a Cidade de Mbanza Kongo, tendo em conta a sua excepcionalidade, frente a outros assentamentos urbanos precoloniais ou contemporâneos existentes através do mundo.

EQUIPA TÉCNICO-CIENTÍFICA

O Projecto está a ser implementado com o concurso de uma equipa técnico-científica nacional e internacional multidisciplinar composta de antropólogos, arqueólogos, historiadores, conservadores do património, museólogos, gestores do património, etc..

Os especialistas angolanos têm beneficiado de várias acções de formação dentro e fora do País como premissa para o desenvolvimento do processo começando pela elaboração da lista indicativa até a montagem da própria proposta de candidatura a ser submetida à UNESCO e participam em vários encontros internacionais para estabelecer parcerias e trocar experiências, tais como as sessões do Comité do Património Mundial da UNESCO.

PARCERIA FINANCEIRA E TECNICA

Para finalizarmos a nossa intervenção, gostaríamos de fazer menção aos apoios variados que diversas entidades têm prestado ao projecto. Importa destacar no seu

conjunto o Executivo Angolano através do Ministério da Cultura, o Governo da Província do Zaíre, a UNESCO, a ESSO, a CHEVRON, as autoridades tradicionais e religiosas, as organizações da sociedade civil e a comunidade local. Como Parceiros Técnicos, podemos citar a UNESCO através do Centro do Património Mundial, o Fundo para o Património Mundial Africano, a Escola do Património Africano, a Universidade de Yaoundé, a Universidade de Coimbra, Universidade Agostinho Neto, etc..

Esperamos que os mesmos continuarão a prestar este apoio ao Projecto até alcançarmos os resultados almejados – a inscrição da Cidade de Mbanza Kongo na Lista do Património da Humanidade, tornado-a como património a ser partilhado pelos povos do mundo inteiro.

Tendo em conta que uma das componentes da fundamentação histórica da proposta de candidatura de Mbanza Kongo é a questão da diáspora, porque a Cidade foi um dos pontos centrais do tráfico de escravos para o Brasil e Cuba nos Séculos XVI e XVII, pensamos que o estabelecimento de um intercâmbio científico entre Investigadores Angolanos e Brasileiros sobre esta matéria, seria uma mais valia para a materialização deste Projecto. Brasil pode se tornar como um parceiro estratégico deste projecto.

CONCLUSÃO

Sendo uma jovem nação com uma idade de menos de 40 anos, Angola está a trabalhar arduamente na reconstrução do seu país e melhoria da qualidade de vida do seu povo. Nesta política do desenvolvimento, o património cultural e natural é considerado como um dos factores chave para a sua materialização e o processo de candidatura de Mbanza Kongo a Património Mundial se enquadra nesta perspectiva.

O potencial histórico e patrimonial singular de Mbanza Kongo sendo a Capital do Antigo Reino do Kongo torna o sítio como um bem que merece ser altamente preservado, valorizado e desfrutado, não somente a nível interno pelo Povo Angolano, mas também a nível internacional pelas populações de toda a Terra gerando assim recursos para o desenvolvimento sócio-económico e cultural de Angola.

REFERÊNCIAS

AKIBODE, C. Pour l'élaboration d'un plan de gestion dans le cadre de la préparation du dossier de nomination de Mbanza Kongo, Angola. Rapport de mission d'expert. 2011. 24 p.

ANONYME. Histoire du royaume du Congo. 1624. traduit et éd. par François Bontick dans *Études d'Histoire africaine*, IV. 1972

ASOMBANG, R. N., CONCEICÃOLOPES, M., MBIDA, C.M. Rapport de la mission archéologique à Mbanza Kongo (décembre 2011). 2011. 29 p.

ERVEDOSA, C. Arqueologia Angolana. Luanda: Ministério da Educação. 1980. 444 p.

GEOSURVEYS. Relatório Técnico: Levantamento Geofísico através de Georadar 3-D de eventuais estruturas arqueológicas em M'Banza Congo. Luanda. 2012. 19 p.

INSTITUTO NACIONAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL. Resenha Histórica do INPC e Situação Actual do Património Histórico, Cultural, Arquitectónico e Natural de Angola. Luanda: INPC. 2005. 28 p.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Lei do património cultural (14/05). Luanda: EAL-Edições de Angola. 2008.

UNESCO. Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial. Paris: UNESCO. 2011. 136 p.